

AJUSTE

Governadores recebem discurso com apreensão

A CONTA DOS ESTADOS

Relação entre gastos com pessoal e receita líquida (por região)

Região	Média 84/88	Média 89/94
Norte	61,5	55,1
Nordeste	52,2	49,5
Centro-oeste	43,4	46,6
Sudeste	52,0	52,4
Sul	61,2	56,9
Total	54,1	52,1

Fonte: Tesouro Nacional

A CONTA DOS MUNICÍPIOS

Execução orçamentária de 1995 (por região/em R\$ milhões)

Região	Receita corrente	Despesa com pessoal	Participação*
Norte	1,439	553	38,4
Nordeste	5,641	2,165	38,4
Centro-Oeste	1,776	674	38,0
Sudeste	21,110	7,703	36,5
Sul	5,508	2,494	45,3
Total	35,474	13,589	38,3

*Participação da despesa pessoal em receita corrente (%)

Fonte: Tesouro Nacional

A CONTA DA UNIÃO

As despesas com pessoal (em R\$ milhões)

Ano	Executivo	Legislativo	Judiciário	Transferências intergovernamentais	Total
1994	30,013	977	2,624	2,251	35,865
1995	39,069	1,408	3,313	2,799	46,589
1996	37,904	1,599	3,523	2,287	45,312
1997	37,450	1,753	4,363	2,123	45,690
1998*	37,207	1,764	5,293	1,929	46,193

*Acumulado de jul/97 a jun/98

Fonte: Tesouro Nacional

Aliados do governo e opositores temem que haja redução da receita dos Estados e aumento de juros; o tucano Marcello Alencar prevê calote nas dívidas estaduais caso não haja renegociação

GERSON CAMAROTTI

BRASÍLIA – O discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso foi recebido pelos governadores como uma antecipação de medidas duras que devem ser tomadas após as eleições. O governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), previu que a atual situação do País deverá levar os Estados a dar calote em suas dívidas, se não houver uma renegociação política no ano que vem. Ele fez essa observação numa conversa telefônica que teve ontem com o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PV).

Alencar mostrou-se apreensivo com os resultados da crise para os Estados. "Caso não haja renegociação política das dívidas estaduais, haverá calote no ano que vem", disse para Buaiz. Na conversa, Alencar esclareceu que a crise deverá afetar não só

a diminuição da receita como também o aumento de juros, tornando inviável qualquer possibilidade de os Estados honrarem seus compromissos em 1999. "É bom lembrar que no início do governo Fernando Henrique tivemos de pegar dinheiro com bancos privados, com juros de até 14%", observou Buaiz. "O governo também precisa puxar a orelha dos seus assessores, porque a dívida pública subiu nos últimos anos", completou.

Para o governador do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo (PSDB),

ao falar de um esforço coletivo para superar os efeitos da crise o presidente deu indicações à população do que deverá ser feito logo após o dia 4 de outubro e, com isso, evitar uma frustração, como ocorreu em 1986 com o Plano Cruzado II. "O presidente está preparando o espírito da Nação", disse Bogo, fazendo uma referência ao pacote econômico lançado pelo então presidente José Sarney, logo após as eleições estaduais de 1986.

Mais tranquilo, o governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), disse que o Estado tem feito sua parte para ajudar o País a sair da crise. "O esforço continuará", observou, assegurando que o Estado mantém um controle rígido de seus gastos. Já o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), candidato à reeleição, afirmou que o apelo de Fernando Henrique "não se aplica" ao Estado. "Em Minas não vamos cortar gastos, porque já fizemos tudo o que era possível, e o Planalto sabe disso."

O puxão de orelhas do presidente, cobrando equilíbrio fiscal dos Estados, não foi muito bem recebido também pelo governador da Bahia, César Borges (PFL). "Já fizemos o dever de casa", declarou. "Acho que é hora de pedir um esforço para quem não fez os ajustes", completou. Segundo Borges, a folha de pessoal do governo baiano, hoje, é enxuta, com gastos de apenas 58% da arrecadação. Borges também criticou a ameaça do presidente com aumento de impostos. "O problema não é aumentar impostos, já que a carga tributária é bastante elevada", rebateu o governador baiano. Para ele, é preciso que haja uma reordenação dos gastos do governo federal para que se possa selecionar os investimentos.

Oposição – As críticas ao discurso do presidente, porém, não partiram apenas dos aliados. Governadores de oposição também não gostaram do que ouviram. O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), atacou o pronunciamento do presidente. "O problema não é fazer ou deixar de fazer o ajuste fiscal, mas quem vai pagar a conta do disso", atacou o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT).

Segundo ele, não faz sentido reduzir os investimentos em saúde, educação e segurança, por exemplo, para pagar juros aos bancos. Hoje o Distrito Federal gasta 82% da sua receita com o funcionalismo. Mesmo assim, Cristovam diz que está cumprindo sua parte nos esforços para reduzir o déficit público nos Estados pretendidos pelo governo federal. "O que esse ajuste fiscal não pode, agora, é passar pelo desemprego", observou o governador, rejeitando a demissão de servidores como o modelo mais eficaz e rápido de reduzir as contas públicas. (Colaborou Doca de Oliveira)

AZEREDO:

'NÃO VAMOS

CORTAR MAIS

NADA EM MINAS'